

Somos todos portugueses: patriotismo e civilização no Ceará do século XIX

João Paulo Peixoto Costa

Resumo

Incumbido da responsabilidade de governar uma das capitâneas mais periféricas do império português, o militar Manuel Ignácio de Sampaio chegou ao Ceará em 1812 com a missão de desenvolvê-lo em diversos setores e, assim, aproximá-lo do mundo civilizado ocidental. A análise documental nos chamou atenção para certas peculiaridades em sua prática discursiva que agiam insistentemente no incentivo ao patriotismo, no sentimento de pertencimento à nação lusa e à fidelidade ao rei. Nosso objetivo neste trabalho é analisar a prática discursiva desse governador enquanto uma política estatal e civilizatória de constituição de um patriotismo imperial português.

Palavras-chave: Ceará. Pátria. Civilização.

Introdução

A pátria que quisera ter era um mito...

Lima Barreto,

Triste fim de Policarpo Quaresma

Ao chegar à capitania do Ceará no ano de 1812, o militar ilustrado português Manuel Ignácio de Sampaio viu diante de si um grande desafio: inserir aquela região do Império português, tida como atrasada e periférica – juntamente com seus habitantes – no chamado “mundo civilizado”. Os variados setores que compunham a sua população, desde sua elite local até os grupos mais marginalizados, viviam numa lógica social que estava longe daquilo que

* Professor do curso de História da Universidade Estadual do Piauí, campus Josefina Demes, em Floriano. Professor da Faculdade do Médio Parnaíba. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisa história indígena no Ceará na primeira metade do século XIX, com ênfase em política indigenista, controle, disciplina, discurso e táticas indígenas.

Recebido em 20/04/2012 - Aprovado em 25/05/2012

era idealizado pela Coroa lusitana. Apesar de a colonização lusa na América já ter se iniciado havia mais de trezentos anos, as terras cearenses permaneciam à margem do ideal de desenvolvimento pretendido pelos intelectuais e políticos portugueses e pela elite local. Composto de vilas decadentes em termos econômicos e físicos – por estarem fora dos padrões aceitos pelos europeus – e com uma população dispersa e formada em sua maioria por índios, mestiços e senhores de terra com amplos poderes locais, o projeto civilizatório de Sampaio passou a agir em diversos setores que pretendiam transformar as feições “bárbaras” daquele lugar em um território “digno” de pertencer ao reino lusitano.

Importantes medidas foram executadas na área econômica, como o estímulo à produção algodoeira¹ e o incentivo ao trabalho indígena, através de políticas que visavam normatizar a mais importante fonte de força de trabalho dessa região.² Obras importantes foram executadas durante seu governo com a reforma e construção de diversas edificações necessárias para a renovação dessa capitania, como foi o caso da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, que deu o nome da capital do Ceará.³ Durante seu governo também tiveram lugar eventos de destaque nacional, como a criação do Banco do Brasil e a explosão da Revolução Pernambucana de 1817, bem como o casamento de dom Pedro I e o nascimento da princesa.

Além de todas essas reformas de relevo nas áreas econômicas, populacionais e de engenharia, também tiveram destaque ações que passavam por todos esses acon-

tecimentos, e que certamente tinham um caráter prioritário para Sampaio. Por meio da análise de seu discurso presente nos documentos oficiais produzidos por ele em todos esses episódios, foi possível detectar a tentativa de produção em meio às elites do Ceará de um sentimento mais forte e aproximado em relação à Coroa de Portugal. Para o governo, a constituição de um patriotismo imperial português mais fiel e enaltecido também era fundamental para o processo de civilização daquela população.

Porém, antes de tudo, é preciso que pelo menos três questões sejam esclarecidas. Primeiramente, quando tratamos de patriotismo, referimo-nos ao contexto específico do período joanino no Brasil, onde “havia um sentimento de pertencimento que ligava o homem à terra onde nasceu”. O sentido de “pátria”, ao mesmo tempo em que “enlaçava o homem à localidade”, também o fazia em relação ao império português. Conectando o local ao imperial, a “configuração identitária desse lugar poderia corresponder ao império luso tanto quanto à localidade”. No domínio ultramarino português oitocentista, imenso e composto de regiões com realidades e conjunturas variadas, a “localidade é categoria social e política importante, porque, nela, em regra, constituiu-se a experiência de pertencer ao império e à localidade específica”. Nela, “as dimensões do império e da corte estavam presentes e pulsavam”, ou seja, o “império entremeava-se à localidade”. O “ser patriota”, que era incentivado pelo governo e praticado pelos habitantes de diferentes regiões e estratos sociais,

significava ser fiel tanto ao lugar de nascimento como ao rei lusitano. Era por meio desse patriotismo imperial que se buscava unir os diferentes domínios americanos e argamassar o “pacto que assegurava a monarquia”.⁴

Em segundo lugar, acerca do alcance das ideias de civilização e patriotismo: ambos os sentimentos eram instigados de modo a estendê-los a todos os segmentos sociais. Desde os líderes políticos e econômicos até os estratos mais baixos da sociedade precisavam ser civilizados, como era o caso dos índios. Mas o direcionamento variava bastante para cada setor, e as diversas políticas empreendidas pelo governo nesse sentido tinham objetivos distintos dependendo do alvo. Para Pierre Bourdieu, a cultura que une – nesse caso, aquela promovida pelo império português na América – “é também a cultura que separa [...] e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante”.⁵

No caso da elite política dessa região, a necessidade de estimular-lhes o patriotismo perante o rei estava no fato da falta de controle por parte do poder central do Império e o grande abismo que havia entre as determinações reais e aquilo que era executado nos sertões do Ceará. Para Portugal, era urgente acabar com a quase “independência” com que agiam os potentados nesse dilatados rincões.⁶

Por fim, ao pretender caracterizar tal prática, não queremos inferir que não havia uma inserção de qualquer sentimento de fidelidade ao rei por parte dessas lide-

ranças locais, mas sempre havia o risco de ebulições sociais que perturbassem a ordem e a obediência impostas. Além disso, é visível, pela análise documental, a incessante busca que havia por parte do governo pela reprodução e efervescência cotidiana de rituais e sentimentos afetivos. Buscava-se exercer um poder simbólico que permitisse não somente construir, mas também manter uma realidade – um “*consensus* acerca do mundo” – se utilizando de símbolos, como imagens e comemorações, que serviriam como “instrumentos de integração social”.⁷ Sampaio pretendia fortalecer a ligação entre essa população do Ceará e Portugal, que mesmo afastados por uma enorme distância geográfica era o local de onde emergiam os seus antepassados – pelo menos dos grandes líderes políticos e econômicos – e era em nome dessa Coroa que o governo pretendia uni-los em uma mesma família.

A busca por uma afetividade patriótica

A proximidade que se pretendia entre essa população e o reino português foi forjada por meio de uma constante lembrança de acontecimentos significativos que despertassem entre os que habitavam a colônia o orgulho e a felicidade de pertencer ao império lusitano. As festas em comemoração às figuras da corte, por exemplo, constituíam-se “em um expressivo canal de mediação entre o monarca distante e seus súditos sertanejos, capaz de realizar a comunicação entre os interesses representados localmente e as esferas

mais amplas do poder imperial”.⁸ A corte e outras regiões do Brasil, como foi o caso do Ceará, viveram um “intenso tempo festivo durante o governo joanino”, onde dom João VI se converteu no “‘verdadeiro pai da América’ e no ‘fundador da monarquia na América’”.⁹

Durante o governo Sampaio encontramos registros de três comemorações que fizeram referências a fatos importantes ligados à Coroa, onde visualizamos os cuidados em torno dos detalhes que compunham esses festejos e as intenções sempre presentes de incentivar a devoção a Portugal. O primeiro relato abordou a festa que se deu por ocasião do aniversário de dom João VI, em outubro de 1817, num momento em que, poucos meses antes, as revoltas liberais em Pernambuco tinham sido abafadas pelas forças do governo. Organizados pelo Corpo de Comércio de Fortaleza, “os festejos duraram nove dias, durante os quais luminárias foram acesas e disparadas salvas de tiros”,¹⁰ contando também com a exposição do retrato do rei, de uma missa, além da execução de músicas e encenações. Chama-nos atenção o fato de que, em meio a esses atos devocionais, as atenções da população presente se voltaram muito mais para Sampaio do que para o rei aniversariante. Sendo carregado em procissão pelo povo ao final da festa – segundo o relato –, o governador se destacou a tal ponto nesse evento que, pela leitura do registro, “é possível até mesmo esquecer de que se trata da celebração dos anos do monarca”,¹¹ talvez por ter sido o grande responsável pelo fim das ações revolucionárias nesse ano da capitania, bem

como uma figura bem mais presente fisicamente do que o rei nesse ambiente.

Para os nossos intentos, o trecho mais significativo do documento foi o discurso proferido por Sampaio na ocasião, onde as atenções pareciam ter se desviado do foco. Tirando de si os direcionamentos dessas glorificações festivas, o governador, sem deixar de agradecer o reconhecimento pelo seu trabalho, não deixou de destacar qual era – ou deveria ser – a figura central dessa devoção popular:

Sou por extremo sensível e muito reconhecido as reiteradas provas de effusão, que tenho recebido do corpo do Commercio dessa Capital, e em Geral dos povos de toda a Capitania. Não cessarei de repetir: nada mais tenho feito do que exforçar-me para dar perfeito cumprimento às Reaes Ordens de Sua Magestade. Felis, se o tiver conseguido. *He a Sua Magestade que todos devemos dirigir os nossos agradecimentos: he a seu paternal amor que os vassallos do Reino Unido são devedores da felicidade, de que actualmemente gozão, cuja continuação pende unicamente de que todos nos continuemos a mostrar dignos deste nome – Viva El-Rei Nosso Senhor – Viva a Familia Real.*¹²

Esse discurso de Sampaio, tido pelo autor do relato como uma vã “modéstia”, que procurava fugir dos “excessos lisonjeiros, mas nascidos da mais pura afeição” da população presente,¹³ mostrava, por outro lado, o verdadeiro direcionamento desse governo. Em última instância, o real objetivo de todas as ações de sua política era o constante revigoramento da fidelidade ao rei de Portugal. Não se trata aqui de saber se tal descrição da festa, que vimos anteriormente, ou a tal modéstia de Sam-

paio, era verídica, mas visualizar o caráter civilizatório dessas ações em prol do patriotismo real que compunham as práticas desse governo, que, como ele próprio disse, não fazia nada mais do que dar “perfeito cumprimento às Reaes Ordens de Sua Magestade”.

Destacamos também a presença do retrato real, cuja importância estava no fato de ocupar o “lugar do próprio governante”. Nessa “ordem discursiva visual” carregada de simbologia,¹⁴ a figura de dom João se apresentava como um signo que não era apenas um “reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade”.¹⁵ Nesses eventos, a simbologia material buscava trazer o próprio rei para o cotidiano dos habitantes daquele sertão. O risco de que essa presença monárquica não fosse sentida pelos habitantes do Ceará em seus cotidianos era real e foi representada nesse fato que vimos, onde as atenções dadas pela população seguiram, pelo menos inicialmente, um caminho contrário do pretendido, ao se dirigirem ao governador, e não ao aniversariante da noite, o rei.

De acordo com as palavras de Sampaio, a felicidade do povo do Ceará, como de toda a América portuguesa, dependia da obediência que prestasse ao rei, e só continuaria se permanecessem “dignos” de receberem o nome de vassalos. Essa posição do governador se confirmou no ano seguinte a esses festejos, por ocasião do casamento do então príncipe dom Pedro de Alcântara com a arquiduquesa Leopoldina da Áustria, em 1818. Para celebrar esse honroso fato ordenou ao intendente interino da marinha que “os Edifícios publicos

se hajão de illuminar”, além de que fossem fornecidas as “polveras necessarias para as Salvas do estillo em Semilhantes Occasões”. Nessa comunicação, Sampaio também explicou a importância dessa união para os súditos da Coroa portuguesa

El Rey Nosso Senhor não Perdendo jamais de Vista tudo quanto pode felicitar os seus Fieis e Venturosos Vassalos acaba com grandissimas vantagens de todo o Reino Unido de Portugal, e do Brasil e Algarves de estreitar as suas relações de Amisade com o muito alto, e Muito Poderoso Principe Francisco 1º Imperador d’Austria, Rey da Hungria e de Bolunia, ajustando e concluindo felismente o Cazamento de S. A. R. [sua alteza real] o Principe Real do Reino Unido o Sr. Dom Pedro d’Alcantara com a S. A. R. Imperial a Serenissima Snr^a Archiduquesa de Austria Carolina Josefa Leopoldina...¹⁶

Percebemos por que, para Sampaio, era tão importante festejar tais eventos da corte: eles viriam necessariamente para a felicidade dos súditos, originados da bondade do monarca. E mesmo tendo esse casamento acontecido a uma enorme distância dos sertões do Ceará, a presença de luminárias e dos tiros de canhão visava aproximar de forma simbólica a corte real do cotidiano dessa periferia imperial.

No ano seguinte, em 1819, o governador passou novas ordens para outra comemoração em torno da união do príncipe dom Pedro, dessa vez por conta do nascimento de sua filha com a princesa austríaca. Considerada por Sampaio como a consolidação da “prosperidade do Reino Unido”, essa “venturosa notícia” não poderia “deixar de ser apreciada por todo o fiel Povo da Capitania do Ceará”, e disse estar certo de que “em toda a Capitania se darão não só aquellas demonstraçoens de jubilo que são

de costume em semelhantes occasioens, mas todas as mais que estiverem ao alcance dos seus habitantes”. De acordo com o governador, o nascimento da princesa firmaria a união da corte de Bragança, de quem dependeria “a felicidade de todos os Portugueses seus Fieis e Leais Vassallos”.¹⁷

Novamente houve tentativa de uma aproximação afetiva entre os cotidianos da corte portuguesa e dos sertões do Ceará, e da prosperidade que viria necessariamente com essa ligação, Sampaio colocou ainda o resultado prático e sentimental dessa conexão, ao denominar todos os “fiéis e leais” vassallos do rei de Bragança de “portugueses”. Estando debaixo de uma mesma denominação, era possível se estabelecer a união de todos os súditos desse império, não importando se eram originados da Europa, da então capital Rio de Janeiro, ou dos sertões cearenses. Somadas às festas e rituais, o discurso do governador agia com as mesmas intenções e intentava os mesmos efeitos de desenvolver o patriotismo nesses povos periféricos, que mesmo ainda distantes em muitos sentidos do ideal civilizado que pretendia o governo, precisavam se sentir não somente súditos de Portugal, mas legitimamente “portugueses”.

Para que todas essas distâncias fossem diminuídas, Sampaio também procurou aliar as grandes obras de seu governo com um discurso que estimulava esses sentimentos nos habitantes, especialmente nas elites político-econômicas da região, que participavam e eram atingidas diretamente dessas ações. No caso das reformas da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, muitos donativos de particulares foram recebidos pelo governo para ajudar na execução das obras, e as palavras do governador para aqueles que contribuía-

era uma mostra dessa busca de inserção dessa população – mais especificamente de sua elite – em projetos que tinham como fim o bem de Portugal. Em ofício de setembro de 1813 dirigido ao capitão-mor do Icó, Sampaio agradeceu as doações dessa autoridade, dizendo-lhe ter certeza de que o capitão-mor “não deixaria de concorrer com algum donativo para a Construção da Fortalesa que se acha erigida nesta Villa mostrando por esta forma que rivaliza em Patriotismo com varios outros habitantes desta Capitania”. Acrescentou ainda que iria em tempo competente “faser Conhecer o nome de todos aquelles que generosam^{te} tem concorrido para a dita Obra” ao próprio rei.¹⁸

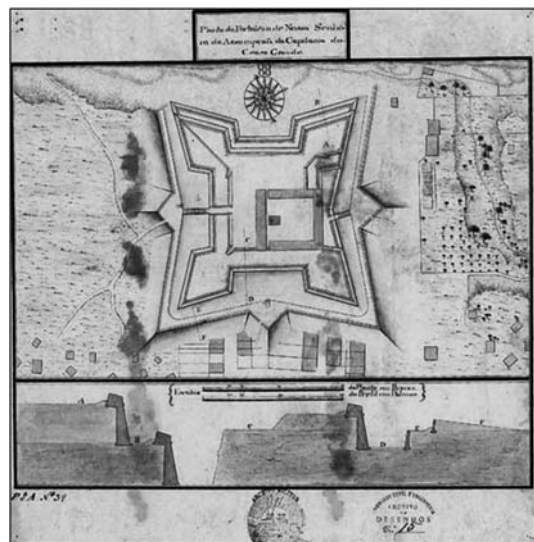


Figura 1: Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará Grande [s. d.]. Gabinete de Estudos Arqueológicos e de Engenharia Militar, 5479-1A-10A-53. Apud GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, 2009

Sampaio procurou aproximar, mais uma vez, as ações da população do Ceará à corte portuguesa ao prometer levar ao conhecimento do monarca as contribuições dessa elite para a construção dessa grande obra. Nessa comunicação, vemos que ter o nome conhecido pelo rei como alguém que participou de tal ação constituía-se como uma grande honra, e nesse simbolismo de devoção ao império que o governador pretendia insuflar, ser chamado de patriota – ou alguém cujo patriotismo se destaca dentre os demais – era um dos mais nobres e significativos elogios. Nesse universo, era mais valorizado e reconhecido aquele que mais se mostrasse enquanto um súdito fiel e leal a Portugal.

Ao final das obras da fortaleza, em 1817, foi afixada em seu muro voltado para o mar, pelo militar Pedro José da Costa Barros, uma grande lápide com o seguinte texto em latim, cuja tradução, presente em outra lápide próxima, foi produzida pelo Museu Histórico do Ceará em 1934:

Anno 1817. Informem Montem me derisere Carinae: Nunc Arcem magnum respectu longe pavescunt: Hic, me Sampaio, Sexto Regnante Joanne, Fundavit pulchram: Pauleti cura refulget. Muris me fortem reddunt civilia dona, Armis me fortem faciunt dispendia Regis. Costa Barros fecit. [Ano 1817. Outrora monte informe, de mim zombavam as naus; hoje que sou grande fortaleza, de longe, lhes infundo respeito. Bela, reinando João VI, aqui me fundou Sampaio, e o engenho de Paulet em mim refulge. Pelas muralhas e pelas armas me tornam forte os donativos particulares e os gastos reais. Costa Barros, fez. M. H. C – 1934].



Figura 2: Lápide comemorativa da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, 1817. Acervo do autor



Figura 3: Tradução produzida pelo Museu Histórico do Ceará, 1934. Acervo do autor

O texto presente nos muros da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, cuja lápide por si só já é um símbolo da pretendida grandeza das obras dos vassallos reais, enaltece as figuras-chave para o fortalecimento das relações entre o Ceará e o rei. A ação de Costa Barros, a obra de Sampaio, o engenho de Paulet, o reinado e os gastos de dom João VI se somavam às “indispensáveis” presenças dos “donativos particulares”, registradas nessas inscrições que realçavam a grandeza desse poderoso símbolo da “glória” e união do império. Fazendo parte de um período que assistiu a um “investimento simbólico

amplo e forte”, a fortaleza e a lápide eram signos cuja dimensão simbólica era capaz de “se comunicar com os vassalos no maior espectro possível [desde os proprietários que contribuíram com doações financeiras, até os índios e outros grupos socialmente inferiores que trabalharam na reforma], bem como de angariar de modos distintos suas obediências”.¹⁹



Figura 4: Lápides nos muros da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Acervo do autor



Figura 5: Vista aérea da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Extraído do sítio on-line do Comando da 10ª Região Militar. Disponível em: <www.10rm.eb.mil.br>. Acesso em: 21 jan. 2012

Esse incentivo ao sentimento patriótico também poderia, no discurso de Sampaio, extrapolar as fronteiras do Ceará, como vemos pelas suas palavras sobre o estabelecimento do Banco do Brasil no Ceará. Projeto de âmbito nacional idealizado por dom João VI, essa instituição seria “a base da prosperidade do Commercio, e da Nação principio de que ninguém poderá duvidar”. Em circular a todos os capitães-mores e comandantes de ordenanças da capitania de janeiro de 1813, o governador ordenou a essas autoridades que incitassem à população que mostrassem “aos Habitantes do Brasil que os Povos do Ceará Rivalizão em Patriotismo com os da Corte do rio de Janeiro”.²⁰

Vemos nesse exemplo como a questão do desenvolvimento econômico estava intimamente ligada ao patriotismo daqueles que colaboravam nesse crescimento. Todos esses aspectos se aliavam num projeto bem mais amplo, que era a consolidação de processo civilizatório ideal que precisava ser levado até aos sertões de uma periferia como a do Ceará. Com a criação do chamado “Correio do Norte do Brasil”, essa conexão também era marcante no discurso de Sampaio, que criou essa ferramenta de transporte de correspondências com o objetivo de incrementar as relações comerciais da capitania e incentivar os “patriotas” a aceitarem esse novo sistema.

Em ofício endereçado à câmara da vila de Parnaíba, no Piauí, em novembro de 1815, o governador do Ceará tentava convencê-los da importância de expandir essa instituição até aquela região, explicando-lhes que “a falta de comunicação era

hua das principaes cauzas do atrasamento destes Certões”. Entretanto, para melhor persuadi-los, desfez logo no início dessa correspondência a distância que poderia haver entre ele – um europeu que governava na colônia – e essa elite local brasileira:

Posto que nascido e creado na Europa nem por isso me interesse menos na prosperidade dos meus compatriotas residentes nestes Estados do Brazil.

A distancia de alguns centos de Legoa não pode por modo algum embaraçar que como taes se devão reputar todos os que tem a fortuna de ser Vassallos do Nosso Augusto Soberano qual quer que seja o lugar do seu nascimento, e residencia²¹.

Mais uma vez nos deparamos com uma nova tentativa de superar as distâncias geográficas pelas proximidades patrióticas. Acima do lugar físico do nascimento, o importante para Sampaio era a união de todos os portugueses – que não se constituíam somente pelos naturais de Portugal – em prol da glória e crescimento de todos os lugares desse grande império. Ao se assumir enquanto um europeu que trabalhava pelo bem dos “estados do Brasil”, buscava mostrar que, acima de todas as diferenças, o que deveria uni-los era a devoção ao soberano lusitano. Prosseguindo seu argumento, o governador tentava explicar às autoridades de Parnaíba que, já tendo chegado a São Luiz, nessa ampliação do Correio até essa região teriam “sem duvida mais interesse os povos do Maranhão e do Piauí que os do Ceará”. Mesmo assim Sampaio buscou diluir todos esses diferentes objetivos de cada lugar com o seguinte questionamento: “Que importa?

todos são Portugueses, assim como eu me vangloreio de o ser, e o bem real, e verdadeiro de huns he o bem de todos.”²² Para esse governador, a prosperidade só haveria de se instalar plenamente nesses sertões se todos os seus habitantes se portassem unidos, fiéis e obedientes como uma só família portuguesa.

Essa paz, que seria resultado da união dessa grande família portuguesa, sofreu uma séria ameaça durante a Revolução de 1817, quando os insurgentes pernambucanos desafiaram a autoridade da Coroa e reclamavam por maior independência. Sempre fiel ao rei, e cauteloso para que tais ideais não entrassem nas fronteiras cearenses, Sampaio reforçou mais uma vez, em ofício ao novo administrador-geral do Correio em Pernambuco, que, mesmo tendo nascido na Europa, era sua intenção trabalhar para o bem geral do Império, inclusive nos sertões do Brasil, mostrando, por essa maneira, os equívocos que haveria nos embates entre europeus e brasileiros:

Neste lamentavel e desgraçado choque, entre Brasileiros, e Europeos, resta-me o maior praser sendo Europeo de haver com o estabelecimento desse Correio feito este serviço aos Brasileiros que depois da publicação do Alvará de 16 de Dezembro de 1815 reputo em tudo iguaes aos Europeos para ao Ceo que todos assim pensassem.²³

Citando o alvará que instaurou o Reino Unido, relembrou a igualdade que havia entre Brasil e Portugal, que agora era institucional e que, por isso, não era possível que as diferentes partes agissem ou lutassem uma contra as outras. Dessa forma, colocou-se como um exemplo a ser

seguido: um europeu que trabalhava para o desenvolvimento econômico do Brasil, já que tudo isso era um só império e uma só família.

Em outra ocasião, ordenou em comunicação ao tenente da Armada Real que esse procurasse “infundir nos Povos o respeito, fidelidade, e amor que por tantos, e tão exorbitantes direitos são devidos a Augusta Pessoa de El Rey Nosso Senhor, e a toda a Família e Casa de Bragança”. Explica-lhe ainda que por não observarem esses preceitos “sagrados” é que “sofrem actualmente os Povos de Pernambuco”, sendo este o “triste e horrível fim que sempre no mundo tem tido taes perturbadores do Socego publico”.²⁴

Outro conflito que acompanhava esses embates em Pernambuco eram os choques entre europeus e brasileiros, representados pelos insurgentes. Concluindo que essa separação era uma das causas da revolução e do que seria a “ruína” desse grupo, podendo fazer estragos ainda maiores no reino, Sampaio fez uma última recomendação ao tenente da Armada Real, na tentativa de fortalecer a ameaçada união entre os súditos do império lusitano:

Tenho por ultimo a recomendar a Vm^{oe} que trate de persuadir os Povos que *os Portugueses nascidos tanto em Portugal quanto no Brazil não fazem presentemente mais do que huma só, e mesma familia* cujos interesses são todos promiscuos, e communs evitando-se toda e qualquer alteração por mais leve que seja motivada pela diferença de Europeo (ou de Marinheiro na expressão vulgar) a *Brazileiros alteração essa que tem sido a Origem de tantas desordens.*²⁵

Os sentimentos patrióticos das elites nesses sertões do Brasil não estavam bem resolvidos, ou, pelo menos, livres de alterações e contestações. A própria citação do termo “marinheiro”, como eram chamados pejorativamente os que nasceram em Portugal, é um exemplo dessa apartação. Sem fazer referência às causas dos insurgentes, no ponto de vista do governador do Ceará, a mínima tribulação, que porventura sofresse a união entre os diversos súditos de dom João VI, era a verdadeira causa da guerra e das desordens por que passava esses sertões do Brasil. Os acontecimentos que marcaram a Revolução de 1817, sem dúvida, culminaram como o momento mais delicado enfrentado por Sampaio no Ceará em relação a essa estabilidade imperial. Por isso, o estudo dessa documentação permitiu visualizar a compreensão do que correspondia civilizar aquela população.

Por outro lado, também por meio dessa insurreição em Pernambuco, foi possível refletir que, mesmo insistindo nessa única e unida família lusitana, não era intenção de o governo instituir a igualdade entre os súditos. Além das evidências nas desigualdades sociais – ou, mais do que isso, legais – que configuravam essa sociedade do antigo regime, havia diferenças evidentes em termos de direitos entre aqueles ligados mais diretamente à corte e os potentados locais no interior desses sertões. Quando pensamos nos motivos que levaram os pernambucanos a se rebelarem, percebemos que essas disparidades eram evidentes a tal ponto que a sonhada harmonia entre os súditos da Coroa de Bragança não estava livre de sofrer ameaças.

Nesses conflitos regionais do período joanino, no qual os embates pernambucanos de 1817 se destacaram, as lutas que vieram à tona também implicavam choques étnicos e identitários. Em meio a manifestações de divisões entre portugueses brasileiros e marinheiros, Sampaio buscou se valer de seu poder simbólico, enquanto representante da Coroa, para garantir seu monopólio no Ceará sobre uma visão específica do mundo, na qual tanto europeus como americanos participavam da mesma família lusitana. Através desse poder de representação procurava estabelecer o consenso sobre o sentido, a identidade e a unidade dos súditos portugueses ao impor uma legítima definição das divisões daquele mundo social.²⁶ Entretanto, a força de efetividade desse poder não se encontrava apenas nas palavras de incentivo à unidade entre brasileiros e europeus ou ao patriotismo dos súditos do rei. A prática discursiva do governador procurou gerar um ambiente de legitimidade em relação à sua pessoa, ao seu discurso e, principalmente, ao monarca, ou seja, mais importante que a palavra era a “crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia”²⁷, que se buscava promover por meio do fortalecimento da relação entre os habitantes do Ceará e a Coroa portuguesa.

Para Sampaio, insistir na devoção implicava também promover a obediência que todos deveriam ter em relação a essa Corte sagrada. Consciente não só dessas diferenças, mas da própria distância geográfica e legal que separava o lugar que governava e o poder central do Império, a constituição de um patriotismo imperial

nesse Ceará periférico e atrasado era prioritário para os planos de desenvolvimento, ordenamento e civilização dessa região. Quando unimos as variadas questões que apresentamos, indo desde as festas para a corte, passando pelas colaborações com as obras de reforma da fortaleza, até o apelo ao apoio necessário com os projetos de desenvolvimento econômico, concluímos que, para esse governo, a única maneira de que tudo isso se transformasse em um pleno estado de civilização era levar a que todos os habitantes do império – nascidos na Europa ou no sertão do Ceará – se sentissem uma só e fiel família portuguesa. Os seus súditos, porém, deveriam ser irmãos unidos não em prerrogativas, mas na devoção e na obediência.

We are all Portuguese: patriotism and civilization in XIX^o Ceará

Abstract

Entrusted with the responsibility of governing one of the most peripheral captaincy of the Portuguese empire, the military Manuel Ignacio de Sampaio arrived in Ceara in 1812 with the mission to develop it in various sectors, and thus bring it closer to the western civilized word. The documental analysis has called attention to certain peculiarities in its discursive practice that acted strongly in encouraging patriotism, the feeling of belonging to the Lusitanian nation and the allegiance to the king. Our goal in this paper is to analyze the discursive practice of this governor as a state and civilizing

policy and the establishment of a Portuguese imperial patriotism.

Keywords: Ceara. Fatherland. Civilization.

Notas

- 1 PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará: 1680-1820*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008; LEITE NETO, João. *A participação do trabalho indígena no contexto da produção algodoeira da capitania do Ceará (1780-1822)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, 1997.
- 2 COSTA, João Paulo Peixoto. Um celeiro de mão de obra: trabalho indígena e o processo de civilização no Ceará (1812-1820). *Cadernos do CEOM*, Chapecó: Unoesc, v. 32, p. 183-202, 2010.
- 3 ADMINISTRAÇÃO Manuel Ignácio de Sampaio (1º visconde de Lançada). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXX, p. 201-247, 1916.
- 4 SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre histórias e historiografia: algumas tramas do governo joanino. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 61-63.
- 5 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 11.
- 6 GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *Um escandaloso teatro de horrores: a capitania do Ceará sob o espectro da violência (século XVIII)*. Monografia (Bacharelado) - Universidade Federal do Ceará, 2006.
- 7 BOURDIEU, 1998, p. 9-10.
- 8 GOMES, José Eudes Arrais Barroso. Quando o sertão faz a festa, a monarquia se faz presente: festas e representações monárquicas na capitania do Ceará (1757-1817). *Cantareira*, Niterói: UFF, v. 13, 2008, p. 31.
- 9 SCHIAVINATTO, 2009, p. 76.
- 10 Idem, p. 26.
- 11 Idem, p. 27.
- 12 Uma festa em Fortaleza no tempo do governador Sampaio. *Revista do Instituto do Ceará*, t. XIV, 1900, p. 273.
- 13 Idem.
- 14 SCHIAVINATTO, 2009, p. 76.

- 15 BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 33.
- 16 Fevereiro 14. Port^a ao Int^o Intr^o da Mar^a p^a q' os Edifícios publicos botem luminarias pela ocasião do Príncipe Sr. Dom Pedro ter Cazado. In: *Livro 28*, p. 79V. Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.
- 17 Junho 4. Port^a ao Escr^{ao} Deputado da Junta da Real Fazenda sobre o feliz Nascim^{to} de huma Princesa. In: Idem, p. 164V. APEC.
- 18 Setembro 9. Registo de hum Officio ao Cap.^m Manoel da Cunha Freire Pedrosa agradecendo-lhe o Donativo que deo para a Fortalesa. In: *Livro 17*, p. 143. APEC.
- 19 SCHIAVINATTO, 2009, p. 77.
- 20 Janeiro 9. Registo de hum Officio Circular dirigido aos Cap^{es} Mores e Comd^{es} de Ord^{as} remetendo lhe a Cópia da Carta Regia Sobre o estabelecim^{to} do Banco do Brasil. In: *Livro 16*, p. 11V. APEC.
- 21 Novembro 29. Registo de hum officio dirigido ao Juiz Presidente, e mais officiaes da Camara da Villa da Parnaíba em resposta ao seu officio de 25 de Outubro sobre o estabelecimento do Correio e a criação da Agencia na dita Villa. In: *Livro 23*, p. 99. APEC.
- 22 Idem.
- 23 Novembro 26. Off^o ao Admin^{or} Geral do Corr^o de Pernambuco agradecendo-lhe a protecção sobre o Corr^o do Ceará. In: *Livro 28*, p. 70. APEC.
- 24 Abril 2. Off^o ao 2º Tem^e d'Armada Real Encarregando-o do Commando dos Presídios da Costa do Termo da V^a do Aracati. In: *Livro 37*. APEC.
- 25 Idem. Grifos nossos.
- 26 BOURDIEU, 1998, p. 113.
- 27 Idem, p. 14-15.

Referências

ADMINISTRAÇÃO Manuel Ignácio de Sampaio (1º visconde de Lançada). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXX, p. 201-247, 1916.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

COSTA, João Paulo Peixoto. Um celeiro de mão de obra: trabalho indígena e o processo de civilização no Ceará (1812-1820). *Cadernos do CEOM*, Chapecó: Unoesc, v. 32, p. 183-202, 2010.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. Quando o sertão faz a festa, a monarquia se faz presente: festas e representações monárquicas na capitania do Ceará (1757-1817). *Cantareira*, Niterói: UFF, v. 13, 2008.

_____. *Um escandaloso teatro de horrores: a capitania do Ceará sob o espectro da violência (século XVIII)*. Monografia (Bacharelado) - Universidade Federal do Ceará, 2006.

LEITE NETO, João. *A participação do trabalho indígena no contexto da produção algodoeira da capitania do Ceará (1780-1822)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará: 1680-1820*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre histórias e historiografia: algumas tramas do governo joanino. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

UMA FESTA em Fortaleza no tempo do governador Sampaio. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XIV, 1900.